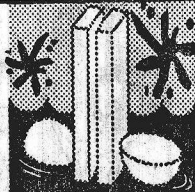


Relatório terá 18
páginas de abertura e
150 de depoimentos.



Também será
abordada a questão
das empreiteiras

Magalhães vai pedir de 10 a 15 cassações

■ Relator da CPI pretende apresentar suas primeiras conclusões dia 16 e as sugestões serão votadas pelo plenário no dia 21

Jamil Bittar — 24/10/93

BRÁSILIA — O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), disse ontem que em seu relatório parcial pedirá a cassação de 10 a 15 parlamentares contra os quais já existem provas de envolvimento no escândalo de corrupção do Orçamento. “O relatório conterà sugestões de cassação”, disse, ao informar que pretende conversar com o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), para ver como isso será feito. O relatório parcial, que deve ficar pronto no dia 16 e votado pela CPI dia 21, já tem 168 páginas (18 de introdução e 150 com resumos de depoimentos).

“Só não vou pedir a cassação de quem não foi ouvido ainda, respeitando o procedimento que vem sendo adotado pela CPI mesmo quando já existem provas contra alguém”, explicou Magalhães. Sua intenção é zerar o processo no dia 21, sendo definitivo em relação aos conteúdos relatados até aquele momento. Além das cassações, Magalhães preten-

de abordar neste relatório a questão das empreiteiras como forma de “habilitar a Câmara e o Senado para novas ações”. Para o relator não há dúvida: “Constatamos que há um superesquema e que novas investigações devem ser iniciadas logo”. Ele não pretende sugerir diretamente a formação de uma CPI dos Corruptores ou das Empreiteiras, mas deixará isso implícito no seu relatório.

Adiantou também que vai pedir o fim das subvenções sociais, mudanças no processo de elaboração da proposta orçamentária e de liberação de recursos no Executivo e na forma como se dá a participação do Congresso ao emendar o Orçamento. O relator comentou também a possibilidade de alguns dos envolvidos estarem adiando deliberadamente seu depoimento para não constar do primeiro relatório. “Escapa desse, mas não do relatório do dia 17 de janeiro”, disse, ao mesmo tempo em que admitia que espera “levar muita pancada” em virtude de suas conclusões.



Magalhães: provas suficientes para pedir a cassação de parlamentares